

OBS: No título de cada matéria encontra-se o link para sua integra.

Diário Oficial da União

Assuntos Econômicos

Comércio Exterior

Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

[Instrução Normativa 1.312, de 28 de dezembro de 2012](#)

"Dispõe sobre os preços a serem praticados nas operações de compra e de venda de bens, serviços ou direitos efetuadas por pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no Brasil, com pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, consideradas vinculadas."

Fonte: CNI

Infraestrutura

Ministério das Cidades

Gabinete do Ministro

[Instrução Normativa 51, de 28 de dezembro de 2012](#)

"Dispõe sobre a alocação dos recursos do Orçamento Financeiro e Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referentes à área de Infraestrutura Urbana, para o exercício de 2013."

Fonte: CNI

[Instrução Normativa 55, de 28 de dezembro de 2012](#)

"Dá nova redação aos arts. 2º e 3º e aos Anexos I, II e III da Instrução Normativa nº 48, de 21 de dezembro de 2011, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular, para o exercício de 2012, e dá outras providências."

Fonte: CNI

[Instrução Normativa 56, de 28 de dezembro de 2012](#)

"Dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular, para o exercício de 2013."

Fonte: CNI

Tributos

Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

[Instrução Normativa 1.311, de 28 de dezembro de 2012](#)

"Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para fruição dos benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas nas doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, nas doações aos Fundos do Idoso, nos investimentos e patrocínios em obras audiovisuais, nas doações e patrocínios de projetos culturais, nas doações e patrocínios em projetos desportivos e paradesportivos e na contribuição patronal paga à Previdência Social incidente sobre a remuneração do empregado doméstico."

Fonte: CNI

Diário Oficial Estadual

Assuntos Econômicos

Atos do Poder Executivo

[Decreto nº 6.823](#)

Institui o procedimento de manifestação de interesse em projetos de parcerias público privadas, nas modalidades patrocinada e administrativa, e nas concessões de serviço público, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Estadual.

Fonte: DOE 21.12.2012

Direito do Consumidor

Atos do Poder Executivo

[Lei nº 17.437, de 21 de dezembro de 2012](#)

Dispõe sobre o prazo para envio de cobrança por parte das empresas públicas e privadas situadas no Estado do Paraná.

Fonte: DOE 26.12.2012

[Lei nº 17.439, de 21 de dezembro de 2012](#)

Obriga as farmácias e drogarias situadas no Estado do Paraná a manterem à disposição dos consumidores compêndio de bulas de medicamentos.

Fonte: DOE 26.12.2012

Política Agroindustrial

Atos do poder Executivo

[Lei nº 17.447, de 27 de dezembro de 2012](#)

Institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER-PR) e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER-PR).

Fonte: DOE 27.12.2012

Infraestrutura

Atos do Poder Executivo

[Lei nº 17.438, de 21 de dezembro de 2012](#)

Normatiza a obrigatoriedade de sinalização luminosa nas caçambas de entulhos utilizadas em vias públicas.

Fonte: DOE 26.12.2012

[Lei nº 17.430, de 20 de dezembro de 2012](#)

Estabelece a estrutura de Funções Privativas Transitórias - FPT da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL e suas vinculadas.

Fonte: DOE 21.12.2012

[Lei nº 17.431, de 20 de dezembro de 2012](#)

Cria a entidade autárquica denominada PARANÁ EDIFICAÇÕES, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, conforme especifica, e adota outras providências.

Fonte: DOE 21.12.2012

[Lei nº 17.444, de 27 de dezembro de 2012](#)

Implementa o Convênio ICMS nº 85/2011, que autoriza a concessão de crédito outorgado de ICMS destinado a estabelecimentos que invistam em infraestrutura no território paranaense, não podendo exceder, em cada ano, a cinco por cento da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

Fonte: DOE 27.12.2012

Transporte

Atos do Poder Executivo

[Lei nº 17.445, de 27 de dezembro de 2012](#)

Institui a Taxa de Fiscalização do Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias no Estado do Paraná, administradas pelo DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

Fonte: DOE 27.12.2012

Meio Ambiente

Atos do Poder Executivo

[Lei nº 17.441, de 26 de dezembro de 2012](#)

Estabelece diretrizes para o desenvolvimento de agricultura com baixa emissão de carbono no Estado do Paraná.

Fonte: DOE 26.12.2012

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Agência de Defesa Agropecuária do Paraná

[Resolução Conjunta nº 021, de 18 de Dezembro de 2012](#)

Estabelece condições para viabilizar o repasse da Taxa de Fiscalização Sanitária Animal (TFSA) ao Fundo de Equipamento Agropecuário (FEAP).

Fonte: DOE 20.12.2012

[Resolução nº 162, de 26 de dezembro de 2012](#)

Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF).

Fonte: DOE 28.12.2012

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Instituto Ambiental do Paraná

[Resolução conjunta SEMA/IAP nº 009/2012](#)

Suspender os efeitos do Decreto n.º 387/99 e Decreto n.º 3320/2004, referente ao Sistema de manutenção, recuperação e proteção da reserva legal e áreas de preservação permanente – SISLEG, por um período de até 180 dias, enquanto a SEMA/IAP elabora e implanta novos procedimentos.

Fonte: DOE 27.12.2012

Questões Institucionais

Casa Civil

[Relatório Anual de Atividades – 2012](#)

Relatório das atividades desenvolvidas pela Casa Civil no ano de 2012.

Fonte: DOE 28.12.2012

Tributos

Atos do Poder Executivo

[Lei nº 17.452, de 27 de dezembro de 2012](#)

Altera a Lei nº 17.082, de 09 de fevereiro de 2012, que Regulamenta o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias.

Fonte: DOE 27.12.2012

Impostos

Secretaria de Estado da Fazenda

[Instrução SEFA nº 31/2012](#)

Introduz alterações na Instrução SEFA n. 26, de 22 de dezembro de 2008, que regulamenta a Lei n. 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor - IPVA.

Fonte: DOE 28.12.2012

Atos do Poder Executivo

[Decreto nº 6.889](#)

O “caput” do art. 1º do Decreto n. 1.922, de 8 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:
“Art. 1º Fica concedido, ao estabelecimento industrial fabricante, que atenda às disposições do art. 4º da Lei Federal n. 8.248, de 23 de outubro de 1991, por ocasião da saída dos produtos adiante discriminados, com suas respectivas classificações na NCM, que estejam relacionados em portaria conjunta dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Fazenda, na forma do art. 22 do Decreto Federal nº 5.906, de 26 de setembro de 2006 ou do art. 2º da Lei n. 8.387, de 30 de dezembro de 1991, regulamentada pelo Decreto Federal n. 6.008, de 29 de dezembro de 2006, sem prejuízo da redução da base de cálculo de que trata o art. 3º da Lei nº

13.214, de 29 de junho de 2001, crédito presumido do ICMS, equivalente à alíquota prevista para a respectiva operação de saída.”

Fonte: DOE 28.12.2012

[Decreto nº 6.890](#)

A tributação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de que trata a Resolução do Senado Federal n. 13, de 25 de abril de 2012, dar-se-á com a observância ao disposto neste Decreto.

Fonte: DOE 28.12.2012

[Decreto nº 6.856](#)

Ficam estabelecidos para o exercício de 2013, os índices de participação dos municípios paranaenses no produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, conforme Anexo.

Fonte: DOE 21.12.2012

[Decreto nº 6.857](#)

Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 6.080, de 28 de setembro de 2012.

Fonte: DOE 21.12.2012

[Decreto nº 6.874](#)

Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 6.080, de 28 de setembro de 2012.

Fonte: DOE 26.12.2012

[Decreto nº 6.875](#)

Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 6.080, de 28 de setembro de 2012.

Fonte: DOE 26.12.2012

[Decreto nº 6.876](#)

Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 6.080, de 28 de setembro de 2012.

Fonte: DOE 26.12.2012

[Decreto nº 6.877](#)

Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 6.080, de 28 de setembro de 2012.

Fonte: DOE 26.12.2012

[Decreto nº 6.878](#)

Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 6.080, de 28 de setembro de 2012.

Fonte: DOE 26.12.2012

[Decreto nº 6.886](#)

Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 6.080, de 28 de setembro de 2012.

Fonte: DOE 28.12.2012

[Decreto nº 6.887](#)

Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 6.080, de 28 de setembro de 2012.

Fonte: DOE 28.12.2012

[Decreto nº 6.891](#)

Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 6.080, de 28 de setembro de 2012.

Fonte: DOE 28.12.2012

[Decreto nº 6.909](#)

Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 6.080, de 28 de setembro de 2012.

Fonte: DOE 28.12.2012

[Decreto nº 6.910](#)

Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 6.080, de 28 de setembro de 2012.

Fonte: DOE 28.12.2012

[Decreto nº 6.911](#)

Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 6.080, de 28 de setembro de 2012.

Fonte: DOE 28.12.2012

[Decreto nº 6.912](#)

Resumo do DIÁRIO OFICIAL

Departamento de Assuntos Legislativos

nº 01 . ano V . 7 de janeiro de 2013



Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 6.080, de 28 de setembro de 2012.

Fonte: DOE 28.12.2012